

## **A PROTEÇÃO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA PELO PRISMA DO NOVO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

MARIA DA CONCEIÇÃO NORONHA FEITOSA, JOSÉ PATRÍCIO PEREIRA DE MELO

**INTRODUÇÃO** O propósito do presente artigo é versar sobre as metas e objetivos traçados pela convenção sobre direitos das pessoas com deficiência e o novo estatuto da pessoa com deficiência publicado em julho de 2015, suas realizações ao longo de sua vigência em território brasileiro, especificando os avanços e adaptações trazidas pelo seu texto. Ressalvando que a busca pelo tratamento igualitário pela acessibilidade se faz cada vez mais presente em âmbito nacional e mundial, uma busca incansável, tanto da área jurídica como educacional e social. **METODOLOGIA** Abordando de forma concreta a Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiências e seu protocolo facultativo, convencionado em 2007, veio a ser ratificado pelo chefe do executivo em 2009 por meio do decreto nº 6.949 e suas implicações na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) com data mais recente, trazido pela lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **DISCUSSÃO** O tratado internacional congrega a preocupação numa forma de discriminação ao qual prevalece a interpretação filosófica - eudemonista do princípio da isonomia, que em síntese preceitua nas suas duas acepções - horizontal e vertical. Na acepção horizontal, significa o tratamento igualitário das pessoas, que se encontrem em situação igual. E na acepção vertical, refere-se à concepção aristotélica, na medida em que as pessoas devem ser tratadas desigualmente na medida de sua desigualdade. **CONCLUSÃO** O estudo do Estatuto na sua compilação ao qual vem trazendo conceitos e busca uma amplitude para a aplicação em acordo com a convenção, objetivando-se que possa proporcionar um maior atendimento para as pessoas com necessidades especiais e principalmente a deficiência física, visa principalmente uma maior compreensão da busca pela isonomia. **REFERÊNCIAS** SPORTELA, Paula Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado - Incluindo Noções de Direitos Humanos e Direitos Comunitários

**PALAVRAS-CHAVE:** PRINCÍPIO - IGUALDADE - ESTATUTO - DEFICIENTE - CONVENÇÃO

**ÁREA TEMÁTICA:** DIREITO

**FORMA DE APRESENTAÇÃO:** PÔSTER